

## ASSEMBLEIA - Parlamento alagoano vota PLDO e entra em recesso



### DIREITOS

**Assembleia discute criação de app para facilitar acesso às leis estaduais**



### DENÚNCIA

**Ronaldo Medeiros denuncia interdição da Igreja Batista do Pinheiro**



### CULTURA

**Aprovado projeto que inclui no Calendário Turístico a Festa do Leite, da cidade de Maravilha**





## Discutido projeto que institui cirurgia reparadora plástica de pós-bariátrica e pós-mastectomia

Na sessão ordinária desta terça-feira, 17, os parlamentares presentes apreciaram 21 itens na ordem do dia, entre eles o projeto de lei ordinária nº 730/2024, que institui a realização de reparação plástica de pós-bariátrica e pós-mastectomia. De autoria do deputado Dudu Ronalsa (MDB), o projeto foi discutido em 2º turno.

"O projeto tem como objetivo atender ao apelo de pacientes que foram submetidos às cirurgias bariátrica e de mastectomia, e necessitam de cirurgia reparadora para,

inclusive, melhorar a qualidade de vida", justifica o parlamentar. De acordo com seu texto, ficaria assegurada a cirurgia reparadora, que consta na tabela de procedimentos do SUS, mediante solicitação médica no prazo de seis meses a contar da solicitação.

Ronalsa elenca os principais motivos para cada situação. Com a pós-bariátrica, ele lembra que "perda de peso acarreta em excesso de flacidez e essa intervenção cirúrgica reparadora auxilia o paciente não só na autoestima, mas também na locomoção e

recuperação do contorno corporal". Já com a pós-mastectomia, "recomendada e essencial para a qualidade de vida da paciente que teve câncer de mama, com sua reconstrução a autoestima melhora e isso leva até a uma maior adesão ao tratamento médico", além de evitar complicações graves, como feridas infectadas, depressão e suicídio.

O projeto precisa passar ainda por uma votação em 2º turno. Em caso de aprovação, será encaminhado ao Poder Executivo antes de se tornar lei.



## Sessão especial sobre campanha da Fraternidade propõe um mundo mais sustentável

O tema da campanha da Fraternidade 2025: "Fraternidade e Ecologia Integral" foi debatido em sessão especial promovida pela Assembleia Legislativa, na manhã desta segunda-feira, 16, no plenário da Casa. O encontro foi presidido pelo deputado Ronaldo Medeiros (PT), proponente da sessão, e contou também com a participação dos deputados Dudu Ronalsa (MDB) e Silvío Camelo (PV). Apresentada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Campanha da Fraternidade deste ano tem como lema: "Deus viu que tudo era muito bom".

Ao abrir os trabalhos, Ronaldo Medeiros destacou a importância dos debates em torno do tema, tendo em vista o quanto o meio ambiente e a ecologia estão sendo agredidos. "O capital financeiro, em nome do progresso, vem desmontando legislações e destruindo o meio ambiente. E essa destruição, não só no Brasil, mas no mundo todo, afeta principalmente as pessoas mais pobres", ressaltou Medeiros, observando que os desastres ambientais não ocorrem por acaso, mas por falta de cuidados por parte dos seres humanos. "Trabalhar esse tema é trabalhar a vida, é proteger o Planeta. A campanha da

Fraternidade não poderia escolher temática mais atual", avaliou.

O parlamentar acrescentou que ecologia e meio ambiente tem gerado grande volume de projetos no Congresso Nacional. "Na verdade, o que pretendem é destruir o meio ambiente. Uma destruição que tem sido muito difícil de suportarmos", acusa Medeiros, citando como exemplo o desmatamento, que vem causando o desequilíbrio climático, com desastres ambientais que aumentam ainda mais a pobreza. Medeiros explicou que trazer esse tema ao debate, no momento em que Maceió enfrenta um dos maiores crimes ambientais da história mundial, com o afundamento do solo de vários bairros da capital, provocado pela mineração da empresa Braskem, demonstra o compromisso do Parlamento com a sociedade alagoana.

Representando a Igreja Católica, o arcebispo de Maceió, Dom Beto, agradeceu ao Parlamento alagoano pela iniciativa, por meio do deputado Ronaldo Medeiros, e enfatizou a necessidade de se debater sobre a campanha da Fraternidade nesse momento, uma vez que ela não circunscreve apenas o período quaresmal, pois representa uma proposta de

reflexão para o ano inteiro e para a vida. "A campanha da Fraternidade possui uma proposta concreta ao motivar um coração convertido", disse Dom Beto, lembrando que a campanha existe há 50 anos anunciando a iniciativa de não separar conversão dos serviços realizados pela Igreja Católica à sociedade. "Em cada um dos temas específicos há um convite para alargarmos o olhar e percebermos que o pecado com suas consequências ameaça a vida como um todo", informou o religioso, reforçando que a campanha tem objetivos permanentes: despertar o espírito comunitário e cristão; comprometer os cristãos em busca do bem comum; educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor; renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na evangelização, a promoção humana em vista de uma sociedade justa e solidária, entre outros.

Também participaram da sessão especial o vigário geral da Arquidiocese de Maceió, José Elielton; padre Eliason, vigário representante da Campanha da Fraternidade; os vereadores por Maceió, Silvío Camelo Filho e Milton Ronalsa; e o professor de bio-ética do Ifal, Cosme Rogério.

### Aprovado projeto que obriga registro de indícios de violência contra menores nos prontuários médicos

Durante a análise de matérias presentes na ordem do dia desta quarta-feira, 11, os parlamentares aprovaram em segunda e última votação o projeto de lei ordinária nº 522/2023, de autoria da deputada Gabi Gonçalves (Progressistas), que estabelece a obrigatoriedade do registro de indícios de violência contra crianças e adolescentes nos prontuários médicos da rede estadual de saúde.

### Delegado Leonam crítica edital da Seduc e cobra valorização dos nutricionistas

Durante a sessão ordinária desta terça-feira, 10, o deputado Delegado Leonam (União Brasil) manifestou sua preocupação com o edital lançado pela Secretaria Estadual de Educação (Seduc), que prevê a contratação de profissionais, entre eles nutricionistas, por meio de processo seletivo. Na sua fala, o parlamentar se uniu ao pleito dos nutricionistas, que reclamam da desvalorização profissional exposta no edital. Segundo ele, o documento prevê um cargo com jornada de 30 horas semanais e um salário considerado muito baixo para a categoria.

### Cabo Bebeto solicita maior atenção para saúde mental de policiais e cobra orçamento para Hospital Militar

O deputado Cabo Bebeto (PL) levantou na tribuna a carência de atenção à saúde mental dos agentes de segurança em Alagoas. Ele citou casos de violência contra familiares e autoagressão, apontando a carga horária excessiva, os turnos irregulares e a baixa remuneração como fatores que agravam a situação. "Você não tem dia certo pra trabalhar.

## EXPEDIENTE

Vitor Cansanção  
Diretor Geral  
MTE 1841/AL

Jornal REDE REPORTER é uma publicação semanal

Endereço para correspondência:

REDACAO@REDEREPORTER.COM.BR

WWW.REDEREPORTER.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não representados, necessariamente a opinião deste jornal.

ALAGOAS

**Parlamento alagoano vota PLDO e entra em recesso**



A Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE) deu início ao seu recesso parlamentar nesta terça-feira, 1º de agosto, conforme comunicado pelo presidente da Casa, deputado Marcelo Victor, do MDB, durante a sessão plenária. A interrupção das atividades legislativas é uma prática comum e segue o que está estabelecido tanto no regimento interno da Assembleia quanto na Constituição Estadual.

O recesso se estenderá até o dia 5 de agosto, data em que as atividades legislativas serão retomadas. Durante

esse período, a ALE não realizará suas habituais sessões plenárias, mas os serviços administrativos da Casa continuarão a funcionar. Isso significa que todos os trâmites burocráticos e administrativos, incluindo atendimento ao público e a gestão interna, serão mantidos, embora em um ritmo mais tranquilo.

Além das atividades administrativas, há a possibilidade de que sessões extraordinárias sejam convocadas, caso haja necessidade ou urgência em tratar de matérias relevantes.

Essa flexibilidade permite que a Assembleia continue a responder a demandas emergentes, mesmo durante o recesso.

O descanso legislativo é um momento importante para os deputados, que utilizam esse intervalo para reavaliarem suas pautas, buscarem novas propostas e ouvirem as reivindicações da população em seus respectivos municípios. É uma oportunidade de estreitar laços com a comunidade, permitindo que os parlamentares voltem às atividades com novas ideias e energias renovadas.

A pausa nas atividades é um reflexo de um calendário já estipulado, que visa garantir o funcionamento regular da Casa durante o ano legislativo. Este recesso é aguardado por muitos na esfera política, sendo uma chance para reflexão e planejamento das ações futuras dos deputados.

Assim, ao reabrir suas portas no próximo mês, a Assembleia Legislativa terá a oportunidade de dar continuidade ao seu papel fundamental na criação e fiscalização de leis que impactam diretamente a vida dos cidadãos alagoanos.

ALAGOAS

**Discutido em 1º turno de projeto de institucionalização da política pública "Corações da Paz"**



Em sessão ordinária realizada nesta quarta-feira, 25, os parlamentares apreciaram 28 itens constantes na ordem do dia, entre eles o [projeto de lei ordinária nº 1473/2025](#), de autoria do Poder Executivo, [que dispõe sobre a institucionalização da política pública Corações da Paz](#). O projeto

governamental foi discutido em 1º turno.

Na mensagem, o governador Paulo Dantas informa que o Corações da Paz terá coordenação da Secretaria de Estado de Prevenção à Violência e consiste no agrupamento das políticas públicas e programas voltados para a prevenção social da violência, inclusão social e geração de oportunidades, com enfoque especial na recuperação dos territórios de descoesão social. Entende-se por territórios de descoesão social a delimitação espacial de comunidades socialmente vulneráveis, de baixa renda, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, que

concentrem elevados índices de violência e criminalidade.

"Esta política pública é essencial para criar um ambiente no qual a comunidade se sinta envolvida na promoção de sua própria segurança e bem-estar. Os ambientes criados pelo Corações da Paz podem promover a ideia de que a segurança não é apenas responsabilidade da polícia, mas de todos os membros da sociedade, e buscam fortalecer os laços sociais e o capital social dentro das comunidades para enfrentar os desafios de segurança de maneira mais eficaz e sustentável", complementou o governador.

DIREITOS

**Assembleia discute criação de app para facilitar acesso às leis estaduais**



Os parlamentares presentes à sessão ordinária desta terça-feira, 1º, votaram, em segundo turno, o **projeto de resolução nº 86/2024**, de autoria do deputado Antonio Albuquerque (Republicanos), que propõe a criação do aplicativo "Agora é Lei em Alagoas". O objetivo é facilitar o acesso da população às leis estaduais, por meio de uma plataforma gratuita para celulares e tablets.

O aplicativo será compatível com os sistemas Android, iOS (iPhone) e Windows Phone, e

deverá disponibilizar as leis na íntegra, incluindo informações como o número do projeto de origem e o nome do autor da proposição. A ferramenta também permitirá consultar perfis de deputados, agenda de atividades da Casa, projetos em tramitação, notícias e canais de interação com os parlamentares.

Para Antonio Albuquerque, a proposta representa um avanço no relacionamento entre o Legislativo e os cidadãos. Ele afirma que o aplicativo servirá como mecanismo

educativo e de consulta, promovendo o acesso rápido à legislação e fortalecendo a credibilidade da Assembleia. "É um meio de garantir que os alagoanos conheçam seus direitos e saibam como exercê-los", ressaltou.

De acordo com o projeto, o "Agora é Lei em Alagoas" contará com diversas funcionalidades:

1. Deputados: acesso aos perfis dos parlamentares, com biografia, participação em comissões, projetos apresentados e pronunciamentos;

2. Leis e Projetos: banco de legislação com a Constituição do Estado, Constituição Federal, Regimento Interno da ALE e projetos em tramitação;

3. Agenda de Atividades: calendário com reuniões de comissões, sessões no plenário e eventos institucionais;

4. Notícias e TV: acesso a conteúdos audiovisuais e notícias da Assembleia;

5. Participe: canais de comunicação direta com os deputados e com a instituição.

SEGURANÇA

**Cabo Bebeto critica emenda que permite vistoria veicular por aplicativo**



Em pronunciamento realizado na sessão ordinária desta quarta-feira, 18, o deputado Cabo Bebeto criticou emenda apresentada ao projeto de lei nº 3965/2021, que trata de alterações no Código de Trânsito Brasileiro. A matéria foi aprovada pelo Congresso Nacional e aguarda sanção presidencial. "O PL foi apresentado por um deputado do PT do Ceará, mas diante de várias emendas, surgiu

uma que tem me chamado a atenção: a possibilidade de realização da vistoria de transferência de propriedade veicular em formato eletrônico", disse ele.

O parlamentar explica que o novo formato será definido a critério do órgão executivo de trânsito. "Vai ter vistoria de carro feita por aplicativo. Assim que for sancionado pelo presidente, muita gente vai lucrar com esse app", alertou Cabo Bebeto. Ele também advertiu que criminosos podem alterar ou descaracterizar as informações dos veículos com mais facilidade nesse novo modelo.

"Estou comprando um carro. O cara me mostra

uma foto do para-brisa, uma do motor, vejo a numeração e está tudo certo. A plataforma recebe isso e chancela. Agora imaginem o custo que isso vai gerar para o seguro veicular", reforçou o parlamentar. "Imaginem isso sendo feito por meio de um aplicativo. Acho que dar agilidade, nesse caso, é muito arriscado, vai trazer muitos problemas e encarecer ainda mais o seguro veicular", concluiu, afirmando que a medida poderá prejudicar especialmente pessoas que não dominam o assunto. Cabo Bebeto encerrou solicitando que seus colegas entrem em contato com Brasília para que a emenda seja retirada.

**DENÚNCIA**

**Ronaldo Medeiros denuncia interdição da Igreja Batista do Pinheiro**



Em uma sessão ordinária nesta quarta-feira, o deputado Ronaldo Medeiros (PT) manifestou-se veementemente contra a Prefeitura de Maceió, acusando-a de discriminação e perseguição religiosa no episódio envolvendo a Igreja Batista do Pinheiro. A igreja, interditada pela Defesa Civil Municipal, está situada em uma área considerada de risco por conta do afundamento causado pelas atividades de mineração da Braskem. Apesar disso, Medeiros alega que os

responsáveis pelo templo possuem laudos técnicos que garantem a integridade da estrutura, isentando-a de quaisquer ameaças de desabamento.

A história ganha complexidade ao se considerar os argumentos do deputado: "A igreja, que há mais de 55 anos serve a comunidade, conta com seguranças técnicas não apenas de engenheiros contratados, mas também de especialistas de renome, incluindo ex-professores da

Universidade Federal de Alagoas, que afirmam não haver risco", destacou.

O parlamentar também questionou as ações da Defesa Civil, ponderando o fato de que as ruas ao redor da igreja permanecem abertas ao tráfego de diversos veículos, inclusive caminhões e ônibus. "A fé foi interditada, mas o trânsito segue livre. Que contrassenso é esse? Precisamos de justiça. Parece que é uma interdição contra a fé", desabafou Medeiros, conclamando as

autoridades a reconsiderarem a decisão.

O apelo de Medeiros não apenas levanta questões sobre segurança, mas também sobre liberdade religiosa, trazendo à tona um debate político e social sensível. Ele pede que a Prefeitura de Maceió reveja sua decisão, de modo a garantir que tais interdições não se confundam com autoritarismo ou preconceito contra instituições religiosas.

**DENÚNCIA**

**Ângela Garrote denuncia atraso de repasses e precariedade no Hospital Santa Rita**



Em pronunciamento no início da sessão ordinária desta quinta-feira, 26, a deputada Ângela Garrote (PP) considerou como grave a situação do Hospital Santa Rita, localizado no município de Palmeira dos Índios, que atende 300 mil pessoas na 8ª Região de Alagoas. "Um novo hospital está sendo construído no município, enquanto que o Santa Rita, que funciona há anos e é referência regional, opera em condições precárias, com recursos insuficientes e profissionais sobrecarregados", acusou a parlamentar.

A parlamentar ressalta não ser contra a construção de novas unidades, contanto

que não aconteça atraso de repasses nos já existentes - caso do Santa Rita, o que compromete na realização de serviços essenciais e coloca em risco o atendimento à população. "O Hospital Santa Rita, desde 2023, está com mais de R\$ 5 milhões em repasses atrasados, comprometendo cirurgias, procedimentos essenciais para dezenas de municípios, mas segue funcionando", denuncia ela.

Garrote acrescenta ainda que a maternidade continua atendendo gestantes da região, mesmo com mais de R\$ 2,5 milhões em atraso, somando mais de R\$ 7,5 milhões que não foram repassados ao Hospital Santa Rita. "Grávidas da região estão sendo transferidas para Santana do Ipanema, mas assim mesmo a maternidade do Hospital Santa Rita não para. Pacientes com fraturas esperam por cirurgias que nunca chegam e a sobrecarga recai sobre os poucos profissionais que ainda resistem, entre eles médicos, enfermeiros e

técnicos da imagem", diz ela, afirmando que a situação é inaceitável.

"Faço aqui um apelo público ao Governo do Estado: é preciso regularizar imediatamente o repasse do Hospital Santa Rita, é preciso honrar o compromisso com a saúde da população e respeitar o povo, garantindo que as obras de uma nova unidade não façam com que o Santa Rita fique abandonado", finalizou ela, solicitando que seus pares subscrevam um ofício na Comissão de Saúde.

Em aparte, o deputado Cabo Bebeto (PL) concordou com Garrote, também denunciando a precariedade da saúde em Alagoas, citando casos de falta de atendimento e descaso em hospitais, como a UPA do Jaraguá e o hospital de Palmeira dos Índios, que estaria com obras atrasadas há anos. "A saúde de Alagoas está na UTI, mas na UTI sem energia e sem equipamento. Essa é a saúde de Alagoas. E que Deus tome conta de quem precisar", finalizou o deputado.

CULTURA

**Aprovado projeto que inclui no Calendário Turístico a Festa do Leite, da cidade de Maravilha**



Em sessão ordinária realizada nesta quinta-feira, 26, os parlamentares apreciaram 17 itens presentes na ordem do dia, entre eles o [projeto de lei ordinária nº 1388/2025](#), de autoria do deputado [Antonio Albuquerque \(Republicanos\)](#), que inclui no Calendário Turístico e de Eventos Oficiais a Festa do Leite, da cidade de Maravilha.

O projeto foi aprovado em 2º turno.

O autor da matéria informa que a Festa do Leite acontece todos os anos, no mês de dezembro, e tem como seu ponto alto o Torneio Leiteiro, que conta com a participação de animais de criadores de Maravilha. "Durante o Torneio são realizadas seis ordenhas durante três dias de

competição, nas categorias vaca e novilha de primeiro parto. Ao final da competição, a Prefeitura faz a premiação, como forma de incentivo aos criadores participantes", completa o parlamentar.

"Com exposição em stands de produtores de mel, festival gastronômico, mostra de artesanato, palestras, concurso de Rainha do Leite e

apresentação de shows de bandas regionais, a Festa do Leite da cidade de Maravilha movimentará a economia do município e conta com presença de milhares de pessoas de toda região", justifica Antonio Albuquerque. A matéria segue agora para o Poder Executivo para eventual sanção.

ALAGOAS

**Ricardo Nezinho cobra desocupação de fazenda invadida pelo MST em Arapiraca**



O deputado Ricardo Nezinho (MDB) usou a tribuna da Casa durante a sessão plenária desta terça-feira, 17, para chamar a atenção do Governo do Estado no sentido de dar suporte na desocupação da Fazenda Laranjal, invadida pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) há cerca de três meses, na zona rural de Arapiraca. De acordo com o parlamentar, a Justiça, por meio do juiz José Afrânio dos Santos Oliveira, da 29ª Vara Cível da Capital, especializada em conflitos agrários, deferiu uma liminar

de reintegração de posse e determinou o prazo de 15 dias para que o Movimento desocupe a fazenda de forma voluntária.

Nezinho observou que Arapiraca é uma cidade historicamente conhecida por ter realizado uma reforma agrária natural e que, após essa ação do MST, está vivenciando um momento inédito, que tem trazido certa tensão aos pequenos produtores rurais do município.

Em aparte, o deputado Ronaldo Medeiros (PT) defendeu o MST, dizendo que acompanha de perto o trabalho que o Movimento realiza no Estado. "Ando em diversos assentamentos do MST, que é um movimento que busca, sim, a reforma agrária, mas é um movimento que produz, que pratica a agricultura familiar", assegurou o petista, acrescentando que o MST fornece atualmente sua produção para a

Universidade Federal e para diversas escolas dos municípios alagoanos.

Por outro lado, também em aparte, os deputados Cabo Bebeto (PL), André Silva (Republicanos), Breno Albuquerque (MDB) e a deputada Cibele Moura (MDB) se associaram ao pronunciamento de Ricardo Nezinho.

Todos questionaram as ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Na opinião deles, ao invadir terras — produtivas ou não — o Movimento está cometendo crime. "Eles sabem muito bem que terras invadidas não podem ser tituladas, jamais terão posse. Eles sabem disso e, mesmo assim, invadem", criticou o deputado Cabo Bebeto, lembrando que há uma lei de sua autoria, promulgada em 2023, que trata da aplicação de multa e responsabilização dos líderes do Movimento em caso de invasão criminal.

## DIREITOS

**Cibele Moura propõe criação do Código de Defesa da Pessoa com Autismo**

Aproveitando a passagem do Dia do Orgulho Autista, comemorado hoje, a deputada Cibele Moura (MDB) anunciou que tramita nas Comissões Temáticas da Casa o projeto de lei, de sua autoria, que estabelece o Código de Defesa da Pessoa com Autismo (PLO 832/2024). "Neste código, tratamos de vários pontos importantes, como o apoio às famílias dos autistas, a importância da existência de uma equipe multidisciplinar para cuidar dessas pessoas, o mercado de trabalho para o autista adulto, ou seja, da problemática real que,

infelizmente, ainda é negligenciada neste País", informou a parlamentar durante a sessão ordinária desta quarta-feira, 18.

De acordo com Cibele Moura, ao se falar sobre o Dia do Orgulho Autista, é imprescindível tratar de direitos e respeito às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). "Precisamos falar sobre saúde, bem como das negativas de terapias às quais as mães alagoanas já estão, infelizmente, acostumadas a ouvir. A família de um autista, não só em Alagoas, mas em todo o Brasil,

quando busca apoio junto ao poder público — especialmente do Governo Federal —, quase sempre recebe uma negativa", lamentou a deputada.

Ela acrescentou que, embora hoje os familiares tenham orgulho de seus filhos com TEA, ainda não sentem orgulho do que é oferecido pelo poder público a essas pessoas. "Notem que aqui falei de crianças, mas fiz questão de me referir aos adultos também. Reafirmo: existem adultos autistas. E esses adultos estão entrando no mercado de trabalho, estão

concluindo suas escolas e faculdades, e precisamos estar aptos e prontos para recebê-los", reforçou Cibele Moura, justificando a iniciativa da criação do Código de Defesa da Pessoa com Autismo.

Em aparte, o deputado Inácio Loiola (MDB) parabenizou a colega pela escolha da temática e pela iniciativa. "Vossa Excelência traz esse tema, que vem abrir os olhos dos alagoanos e brasileiros. Precisamos investir em saúde. Por isso, parabenizo-a ao trazer esse assunto ao plenário da Casa", declarou Loiola.

## ALAGOAS

**Aprovado projeto que garante prioridade em investigação de crimes contra crianças e adolescentes**

Em sessão ordinária realizada na tarde desta quarta-feira, 18, foram apreciados 21 itens na ordem do dia, entre eles o projeto de lei ordinária nº 878/2024, que dispõe sobre a prioridade de tramitação de procedimentos investigatórios na apuração dos crimes

hediondos, dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra a dignidade sexual que tenham como vítimas crianças e adolescentes. De autoria do deputado Lelo Maia (União), o projeto foi aprovado por unanimidade.

O parlamentar justifica que procura "atender aos anseios da sociedade de prover maior celeridade e efetividade na apuração de crimes, atos de violência e abuso contra crianças ou adolescentes". Maia lembra que, a exemplo do caso do menino Henry Borel, os casos de violência infelizmente não

são isolados. "Essa triste realidade precisa ser modificada no País, tanto por meio de ações de conscientização e participação do Estado, no contexto de programas de assistência integral à saúde da criança, erigidas em políticas públicas específicas, como também pela previsão de maior rapidez na apuração de casos de violência, especialmente homicídios, consumados ou tentados, de crianças e adolescentes", conclui Lelo Maia.

O projeto agora será encaminhado ao Poder Executivo, antes de se tornar lei.

MEIO AMBIENTE

## Assembleia cria comissão para investigar impactos da mineração em Craibas



Durante a sessão desta quarta-feira, 18, o deputado Ronaldo Medeiros (PT) destacou a aprovação, ocorrida ontem, de um requerimento de sua autoria que cria uma Comissão Externa da Assembleia Legislativa, para a realização de uma visita técnica ao município de Craibas, no Agreste alagoano, com o objetivo de avaliar *in loco* as atividades da Mineração Vale Verde, responsável pelo Projeto Serrote, um dos maiores empreendimentos minerais do Estado.

"Saiu um laudo mostrando que algumas rachaduras em casas do município são resultado da atuação da

mineradora em Craibas. Há um documento produzido pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil de Alagoas, que revela não apenas essa informação sobre as rachaduras, mas também o aumento de doenças que vêm ocorrendo na região. A mineradora não tem nenhuma preocupação com o meio ambiente. Essa empresa está sendo extremamente irresponsável, e os órgãos públicos de Alagoas devem adotar providências", afirmou o parlamentar.

A Comissão será composta por pelo menos cinco parlamentares e terá a

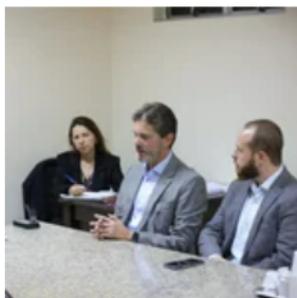
missão de verificar as condições de operação da mineradora, apurar possíveis impactos socioeconômicos, ambientais e trabalhistas, além de avaliar as contrapartidas oferecidas à população local. Durante a visita, os deputados também deverão ouvir representantes da empresa, trabalhadores, comunidades do entorno e autoridades municipais. A data da visita técnica ainda será definida.

"Vou marcar ainda uma reunião com representantes do Instituto do Meio Ambiente (IMA), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos

Recursos Hídricos de Alagoas (Semarh) e da Defesa Civil, para solicitar que esses órgãos exijam que a mineradora adote as medidas necessárias para amparar os moradores e invista em equipamentos e tecnologias que não coloquem vidas em risco no futuro. A poluição lá é tão alta que afeta até a fertilidade dos animais. A empresa precisa buscar meios de não prejudicar ainda mais os moradores da região", concluiu Medeiros.

ALAGOAS

## Em reunião com a Verde Alagoas, Cabo Bebeto cobra melhorias no abastecimento de água



O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, deputado Cabo Bebeto (PL), reuniu-se nesta quarta-feira, 11, com o diretor-presidente da empresa Verde Alagoas, Alexandre Lopes, e com o gerente jurídico da empresa, Vinícius Pertile. Na pauta estavam as reclamações da população das cidades de Tanque D'Arca, Capela, Novo Lino, União dos Palmares e Anadia – todas atendidas pela empresa responsável pelo fornecimento de água e serviços de esgotamento sanitário. Durante o encontro, o deputado destacou que a proposta da

Comissão é, após receber as denúncias da população, ouvir a empresa e buscar, em conjunto, soluções para as questões levantadas.

Em Tanque D'Arca, as reclamações envolvem desde a cobrança da tarifa de água, com a instalação de medidores, até o tratamento de água e esgoto. Os representantes da empresa destacaram que, quando a Verde Alagoas assumiu o abastecimento na cidade, não havia tratamento de água nem hidrômetros nas residências.

Já em Novo Lino e União dos Palmares, as reclamações variam entre cobranças abusivas, qualidade da água e distribuição irregular. Alexandre Lopes informou que, em Novo Lino, há uma estação de tratamento de água e que o esgotamento sanitário será realizado conforme o cronograma previsto em contrato. Em União dos Palmares, destacou que já existe tratamento e saneamento em

boa parte da cidade, mas que a falta de energia elétrica dificulta o abastecimento. Em ambas as cidades, obras estão em andamento para melhorar o sistema.

Em Anadia, as reclamações referem-se à falta de água e à sua coloração escura. Segundo o deputado Cabo Bebeto, os moradores precisam comprar água, mesmo recebendo as contas em casa. O representante da empresa explicou que, nesse município, o sistema é integrado ao de Maribondo, o que dificulta um pouco a distribuição, embora a água seja tratada. Alexandre Lopes acrescentou que algumas obras estão em execução e outras programadas, inclusive em parceria com a Prefeitura e a Funasa.

Ao final da reunião, o deputado Cabo Bebeto solicitou aos representantes da Verde Alagoas um relatório completo referente aos últimos três meses.

# REDE REPÓRTER TÁ NA MÃO!

**PRINCIPAIS NOTÍCIAS  
SOBRE POLÍTICA,  
SAÚDE, FUTEBOL,  
VARIEDADES.**



**DÁ UM  
CLICK!**



[www.redereporter.com.br](http://www.redereporter.com.br)